



TRT-16ª REGIÃO

Centro de Memória e Cultura
PUBLICAÇÃO INFORMATIVO PARÁGRAFO ÚNICO

GERSON LIMA

Apaixonado pelo direito do trabalho, o juiz Gerson Rodrigues de Lima costumava trabalhar mais de 12 horas por dia para manter atualizado o andamento dos processos.

A seriedade e dedicação ao trabalho muitas vezes o estimulava a madrugar na Justiça do Trabalho. Não foi poucas às vezes em que o magistrado abria o expediente na Justiça do Trabalho às seis horas.

Foram 26 anos de vida dedicados à Justiça do Trabalho. Ingressou na carreira pública em 1976 quando foi aprovado em concurso público para o cargo de agente de segurança do TRT da 3ª Região. No ano seguinte fez novo concurso para auxiliar judiciário no mesmo regional. Dois anos depois foi nomeado assistente de diretor de secretaria da Junta de Conselheiro de Lafaiete (MG) e em 1980 assume o cargo de diretor de secretaria.

O contato com os processos motivou Gerson Lima a estudar direito na Faculdade Newton Paiva de Belo Horizonte.

Foi o passo inicial para descobrir a magistratura e a Justiça do Trabalho. Os fins sociais dessa Justiça Especializada encantaram o juiz. “A satisfação do trabalhador não raramente lesado em seus direitos e a efetividade da prestação jurisdicional me causavam muito prazer. Ficava feliz quando via o processo chegar ao momento final com o pagamento do crédito ao trabalhador”, lembra o juiz.

Defensor da Justiça do Trabalho, Gerson Lima não se desestimulava com o crescente número de processo e as críticas quanto à morosidade.

Sempre aceitou desafios. Foi com esse sentimento que aceitou a coordenação de um setor exclusivo para tratar da execução dos processos trabalhistas: a extinta Cei (Central Integrada de Execução). Para ele a execução exige maior empenho dos magistrados. “A morosidade do processo de execução é o verdadeiro calcanhar de Aquiles da Justiça do Trabalho”, avalia.

“A efetividade de suas decisões precisa ser melhorada. O trabalhador receber o crédito é o ponto tormentoso do Poder Judiciário.

O processo de execução por conta da ausência de instrumentos eficazes para a sua conclusão não atingiu ainda a tramitação para todos desejada.

Falta uma maior criatividade legislativa que de alguma forma tem sido suprida pela dedicação e inovações do juiz do trabalho”, diz.

A experiência da Cei levou o juiz a verificar a angústia do magistrado e do trabalhador por causa da demora na solução final do processo, retardados muitas vezes pelo devedor por intermédios de sucessivos recursos protelatórios.

“Enquanto não forem criados mecanismos eficazes para esta tormentosa fase processual é preciso que os juízes do trabalho se conscientizavam de que a simples entrega de sentença não satisfaz os anseios do trabalhador, porque de posse apenas do título executivo (sentença ou acórdão) não consegue trocá-lo por um simples pacote de arroz ou uma lata de óleo. Além do mais o efetivo cumprimento das decisões judiciais é questão afeta à própria credibilidade ao Poder Judiciário, razão porque devem os juízes empenhar-se para concluir a execução mesmo que eventualmente o credor se apresente inerte.

O retorno a BH

A celeridade de suas ações teve um preço alto, vida sedentária e cigarro culminaram com infarto do miocárdio em novembro do ano passado, mudando por completo o estilo de vida do magistrado. Os problemas de saúde provocaram a saída antecipada da Justiça do Trabalho. No dia foi homologada a aposentaria do juiz.

Refeito do susto, Gerson Lima percebeu que precisava diminuir o ritmo de trabalho. Com a aposentadoria vai dedicar-se aos estudos. Os planos incluem um mestrado e o magistério,

Os novos desafios de quem começou a trabalhar aos 14 anos no comércio de BH para aumentar a renda da família não intimidam o magistrado.

Filho de um ex-funcionário Geraldo Rodrigues de Lima e da costureira Maria Malaquias Rodrigues (falecidos), Gerson Rodrigues veio para o Maranhão pela primeira vez em 1990 para se submeter às provas do primeiro concurso público do TRT da 16ª Região.

Doze anos depois o mineiro faz o caminho de volta. Retorna para Belo Horizonte onde pretende desenvolver os novos projetos de vida. “Fica a saudade do Maranhão, dos amigos, juízes, servidores e advogados com os quais convivi ao longo desses anos”, ressalta.

O gosto pela terra

Hortaliças e verduras frescas sem adubo químico prontas para uso podem ser encontradas no quinto andar do Tribunal. O cultivo existe graças ao interesse do juiz Gerson Rodrigues pela terra.

O pequeno canteiro da fachada do gabinete antes pouco utilizado foi o espaço adequado para que o juiz cultivasse as hortaliças.

O hábito ganhou os corredores do Tribunal e servidores e juízes passaram a consumir os produtos da pequena horta do gabinete do 5º andar.

As mais procuradas são o capim-limão e boldo. Mas é possível encontrar o João-gome, a couve, a cebolinha, a pimenta-de-cheiro entre outras espécies.

Cultivar as plantas e mexer com a terra funcionam para o juiz como uma terapia. “Sempre gostei de plantas”, diz o magistrado ao mencionar que as suas preferidas são as que servem para a alimentação e para uso medicinal.

De acordo com o juiz, o cultivo também tem espaço reservado seu futuro.